



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Controle Processual**

Processo nº 1370.01.0000272/2020-10

Belo Horizonte, 27 de julho de 2022.

Procedência: Despacho nº 921/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP

**Destinatário(s): Superintendente Regional de Meio Ambiente - Supram Central
Metropolitana**

Assunto: Sugestão de Arquivamento

DESPACHO

Trata-se da análise dos processos de licenciamento ambiental n. 3830/2021 e 3831/2021, formalizados em 02.08.2021 por GSM Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda na modalidade de Licenciamento Ambiental Corretivo (LAC2), para o exercício das seguintes atividades listadas na DN 217/2017:

- Para o Processo n. 3830/2021

A-02-06-2 – Lavra a Céu Aberto – Rochas Ornamentais e de Revestimento

A-05-04-5 – Pilha de Rejeito/Estéril

- Para o Processo n. 3831/2021

A-02-06-2 – Lavra a Céu Aberto – Rochas Ornamentais e de Revestimento

A-05-04-5 – Pilha de Rejeito/Estéril de Rochas Ornamentais e de Revestimento

Após vistoria técnica in loco, promovida pelo órgão ambiental competente, constatarem-se alguns pontos não abrangidos na formalização dos referidos processos, como a não contemplação de todas as atividades desenvolvidas pelo empreendimento no local (não houve a descrição da atividade A-05-05-3 “Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários”) e a não contemplação de todos os pontos de lavra na área diretamente afetada (ADA) do empreendimento.

Além disso, foi identificada a inconsistência no que tange os documentos autorizativos de uso de recursos hídricos, visto que o volume real captado ultrapassaria aquele autorizado para fins de considera-lo como de uso insignificante, assim como a inexistência de autorização para intervenção em área de proteção permanente por estar um dos pontos de captação dentro desta.

Desta forma, diante dos pontos incontroversos, considerados como indispensáveis para a formalização de processo de licenciamento ambiental, opinou a

área técnica pelo arquivamento dos mesmos.

Submetida a análise da demanda à Diretoria Regional de Controle Processual, assim a procederemos.

Fundamentação

Inicialmente, a presente análise se aterá aos aspectos legais para a formalização dos processos de licenciamento ambientais e possibilidades de arquivamento, não sendo de incumbência desta Diretoria a análise do mérito para a medida aventada.

Vejamos que a legislação aplicável consigna ao empreendedor o dever de proceder ao correto preenchimento dos dados para fins de caracterizar o empreendimento, bem como instruí-lo de todos os documentos, projetos e estudos exigidos pela legislação, além de previamente obter as autorizações para utilizar recursos hídricos e de intervenção ambiental, conforme previu os arts. 13 e 15 da Deliberação Normativa COPAM n. 217/2017:

Art. 13 - Deverá ser realizada caracterização do empreendimento por meio do preenchimento de formulário próprio, exigível para qualquer processo de regularização ambiental e de inteira responsabilidade do empreendedor.

[...]

Art. 15 - Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

Entretanto, conforme exposto no Memorando SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA nº 227/2022, promovido pela diretoria competente para os aspectos técnicos, verificaram-se falhas nos processos de licenciamento supracitados que deveriam ter sido observados no momento de sua formalização.

Decerto, é dever do empreendedor proceder ao preenchimento adequado das informações necessárias, além de apresentar todos os documentos para fins de que o órgão ambiental aprecie o licenciamento requerido, conforme aqui expusemos. A falta de observância destes requisitos acarreta o arquivamento do processo, ao que opinou a área técnica para ambos os processos formalizados pelo empreendedor.

Pois bem. Vejamos que o art. 26 da Deliberação Normativa Copam n. 217/2017 traz a possibilidade de arquivamento do processo de licenciamento, *ipsis litteris*:

Art. 26 - Durante a análise do processo de licenciamento ambiental, caso seja verificada a insuficiência de informações, documentos ou estudos apresentados, o órgão ambiental estadual deverá exigir sua complementação, exceto nos casos que ensejem o arquivamento ou o indeferimento de plano.

Do mesmo modo, trouxe a Instrução de Serviços SISEMA n. 06/2019, em seu item 3.4.1, a possibilidade de arquivamento em virtude de “falhas nas informações que instruem o processo, ou seja, falhas na instrução processual sob responsabilidade do empreendedor, podendo o arquivamento ocorrer de plano”.

Assim, a partir das normas vigentes e citadas, afetas aos processos de licenciamento ambiental, nota-se que o empreendedor não se incumbiu de instruir corretamente os processos sob análise, conforme exposto pelo Memorando n.

Conclusão

Diante disso, após expostas as razões técnicas pelo Memorando n. 227/2022 para arquivamento dos processos e com base nas normas supracitadas aplicáveis ao caso, sugerimos o arquivamento dos processos de licenciamento SLA n. 3830/2021 e 3831/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Luiz Faria Ribeiro, Servidor(a) Público(a)**, em 27/07/2022, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50395748** e o código CRC **555B879B**.



ATO DE ARQUIVAMENTO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente – SUPRAM CENTRAL, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o Memorando n. 227/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL – DRRR, onde consta a manifestação técnica no sentido de arquivar os processos de licenciamento ambiental do empreendimento por terem sido formalizados com falhas, tais como não contemplação de todas as atividades desenvolvidas e não contemplação de todos os pontos de lavra na área diretamente afetada (ADA) do empreendimento;

Considerando que também foram identificadas, pela área técnica, inconsistências no que tange os documentos autorizativos de uso de recursos hídricos, visto que o volume real captado ultrapassaria aquele autorizado para fins de considera-lo como de uso insignificante, assim como a inexistência de autorização para intervenção em área de proteção permanente por estar um dos pontos de captação dentro desta.

Considerando o Despacho n. 921/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL – DRCP, onde considera as razões para o arquivamento em consonância à legislação vigente;

Considerando que os art. 13 e 15 da Deliberação Normativa n. 217/2017 que estabelecem ser de inteira responsabilidade do empreendedor o correto preenchimento dos dados para a caracterização do empreendimento, devendo ser instruído com todos os documentos, estudos e projetos exigidos pela legislação;

Considerando que a Instrução de Serviço SISEMA n. 06/2019, em seu item 3.4.1, prevê a possibilidade de arquivamento em virtude de falhas nas informações que instruem o processo, ou seja, falhas na instrução processual sob responsabilidade do empreendedor, podendo o arquivamento ocorrer de plano.

DETERMINO o arquivamento dos Processos n. **3830/2021 e 3831/2021** formalizados por GSM Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda.

Proceda-se a publicação desta decisão, bem como inserção dos dados nos sistemas de informação do SISEMA e comunicação ao empreendedor do teor desta decisão.



Documento assinado eletronicamente por **Charles Soares de Sousa, Superintendente**, em 28/07/2022, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50396100** e o código CRC **7F159167**.

Referência: Processo nº 1370.01.0000272/2020-10

SEI nº 50396100

